

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Já há algum tempo o PT não dá bom dia a Padilha

Insatisfação do PT com Padilha já era anterior

Era feriado na administração, o Dia do Servidor Público. O PT fazia a reunião da Executiva para um balanço do desempenho do partido no segundo turno. A reunião apresentava números que marcavam o que o partido avaliava como o “início de uma recuperação do PT” depois da grande crise iniciada em 2016 no processo que levou à cassação de Dilma Rousseff, à prisão de Luiz

Inácio Lula da Silva e aos demais desdobramentos da Lava Jato. Os dados apresentam avanços nas eleições municipais em comparação com o desempenho petista em 2020. Pouco depois dessa apresentação ser feita, chegou aos celulares dos presentes a informação sobre as declarações que o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, acabara de fazer.

Rebaixamento

Ao contrário da visão que a apresentação mostrara, Alexandre Padilha declarava no Palácio do Planalto que o PT “continuava no Z4”, o grupo de rebaixamento. A grita foi geral. E acabou ensejando uma dura resposta pública da presidente do partido, Gleisi Hoffmann.

Resposta

Antes da reunião da Executiva, Gleisi estivera no Planalto, com Lula e Padilha, também para uma avaliação do desempenho do partido. “Convidei-o para vir aqui, mas ele não pode, o que é triste. Como ele disse de forma pública, faço uma resposta de forma pública”, disse.

Joédson Alves/Agência Brasil



Para Gleisi, números mostrariam recuperação do PT

Ministro foi na direção oposta ao partido

O que especialmente irritou os presentes na reunião da Executiva é que não deveria vir de um ministro filiado ao partido, que cuida da articulação política, um reforço na linha de interpretar que o PT tinha se saído mal. Argumentos na direção contrária tinham acabado de ser lançados na reunião. O quadro apresen-

tado mostra avanços na comparação com a eleição de 2020. O PT elegeu mais prefeitos (252 agora contra 183); fez mais vices (290 contra 206); mais vereadores (3.129 contra 2.663); um prefeito de capital (Fortaleza, não tinha feito nenhum em 2020); cinco prefeitos em cidades com mais de 200 mil habitantes (antes quatro).

Processo

Na visão do PT, então, se deveria considerar que a eleição de Lula em 2022 era ainda um início de processo de recuperação, e não algo que já recolocasse o partido nos mesmos patamares de antes. Num jogo bem mais complexo. Assim, julgava que Padilha em nada ajudou.

Queixas

Internamente, o que se comenta é que a reação a Padilha não foi um episódio isolado, pelo que disse agora. Mas uma insatisfação que já vinha há tempos. A bancada do PT reclama que ele, na articulação, privilegiaria mais os outros partidos integrantes do governo.

Feitos

“O governo não faz a disputa política dos seus feitos”, chegou a dizer Gleisi. Ou seja, não alardearia a propriedade dos seus próprios programas. E esse não seria exatamente um problema de comunicação, mas de estratégia política, na sua relação com os demais atores do jogo.

Orçamento

Um jogo que fica mais complicado com o poder que o Congresso ganhou na questão orçamentária. As verbas dependem menos do governo. E as que dependem, os ministérios na área de infraestrutura estão com outros partidos. Quem poderia ajudar a equilibrar? Padilha.

Lira recua PL da Anistia para facilitar apoio a Motta

Deputado do Republicanos é lançado à Câmara

Por Gabriela Gallo

O partido Republicanos oficializou, nesta terça-feira (29), a candidatura do deputado Hugo Motta (PB) para disputar a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2025. Ele concorrerá à cadeira principal da Mesa Diretora da Casa com os parlamentares Antonio Brito (PSD-BA) e Elmar Nascimento (União Brasil-BA), que formaram uma aliança para concorrer contra o paraibano.

Pouco antes do anúncio, na sede do partido em Brasília, o atual presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) confirmou seu apoio à candidatura de Motta.

“Estou convicto de que o candidato com maiores condições políticas de construir convergência no parlamento é o deputado Hugo Motta. Nome que demonstrou capacidade de alinhar polos aparentemente antagônicos com diálogo, leveza e altivez. Estou certo de que Hugo Motta, deputado experiente em seu quarto mandato, vai saber manter a marcha da Câmara dos Deputados”, declarou Lira em conversa com a imprensa, nesta terça.

Durante a cerimônia de lançamento da candidatura, o presidente do Republicanos, deputado Marcos Pereira (SP), destacou que o candidato “representa as características para enfrentar hoje os desafios que o Brasil tem pela frente”.

“O deputado Hugo Motta representa hoje o nome capaz de agregar todas as forças políticas da Câmara dos Deputados. Ele representará a defesa dos parlamentares e o diálogo dos Poderes”, disse Marcos Pereira.



Gabriela Gallo/Correio da Manhã

Motta tenta se colocar como solução de consenso para a Câmara

Anistia 8/1

E em meio às possíveis moedas de troca que os candidatos à Presidência da Câmara podem apresentar, Arthur Lira adiou a discussão de uma delas. Nesta terça-feira, o presidente da Casa criou uma comissão especial para tratar do PL 2858/2022, que concede anistia aos presos e investigados envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023 contra a sede dos Três Poderes, em Brasília. Com a medida, a tramitação do texto volta à estaca zero.

O projeto vinha sendo usado como moeda de troca pelo apoio à Presidência da Câmara. Se podia facilitar apoios à direita, dificultava acertos com o governo, o PT e a esquerda em geral. Com a manutenção das candidaturas de Antônio Brito (PSD-BA) ou Elmar Nas-

cimento (União Brasil-BA), o Centrão dividiu-se. E as forças de esquerda ganharam relevância. Assim, o que poderia vir a ser uma eventual moeda de troca poderia virar um problema para Motta, que poderia perder apoios à esquerda e ficar marcado como nome da direita, perdendo espaço.

O relatório do deputado Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) concede anistia às pessoas que apoiaram os atos “por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas”. Se aprovado da forma que se encontra, o texto pode favorecer também o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e demais atores políticos já que eles estão sendo investigados pelo Supremo Tribunal Federal

(STF) por terem apoiado manifestações que terminaram na depredação de patrimônio.

Inicialmente o projeto estava previsto para ser votado nesta terça na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“O tema deve ser debatido pela Casa, mas não pode jamais, pela sua complexidade, se converter em devido elemento de disputa política. Especialmente pelo contexto das eleições futuras para a Mesa Diretora da Câmara”, destacou Lira em conversa com a imprensa.

Apesar de ter adotado um discurso moderado, Motta não descartou a possibilidade de pautar o texto no futuro.

“Nós tivemos um episódio triste, que foi o 8 de janeiro, mas também não podemos permitir que injustiças sejam cometidas com pessoas”.

Izalci entrega relatório da CAE para a reforma tributária

Pedro França/Agência Senado



Izalci quer que CAE analise o projeto de Eduardo Braga

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal começou a discutir o primeiro texto que regulamenta a reforma tributária (PLP 68/2024), nesta terça-feira (29). No mesmo dia, o senador Izalci Lucas (PL-DF) apresentou o relatório do grupo de trabalho elaborado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) da Casa. Apesar de ajudar na elaboração da reforma, o texto de Izalci não é oficial, já que o relator da medida é o senador Eduardo Braga (MDB-AM). Em um pronunciamento no plenário do Senado, Izalci destacou que solicitará nesta quarta-feira (30) ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma questão de ordem para que o projeto também tramite na CAE.

“Essa talvez seja a matéria mais importante que vamos votar neste ano e talvez neste mandato. Com a retirada do regime de urgência, não tem sentido essa matéria não tramitar na CAE”, afirmou o senador.

O PLP 68 institui os novos tributos: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será cobrado pelos estados e municípios, e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que será cobrada pela União. Ambos irão compor o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, ou seja, os dois impostos terão a mesma finalidade de tributar o consumo. Paralelamente, a

reforma também cria o Imposto Seletivo (IS), uma alíquota mais elevada para inibir o consumo de produtos que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

O relatório

Em seu relatório, o coordenador do grupo de trabalho da reforma tributária na CAE declarou ter dúvidas sobre a eficácia da reforma. “Há fundado receio quanto à neutralidade tributária anunciada, pois, se nenhuma alteração for efetivada, muitos setores sofrerão aumento significativo de carga tributária. O resultado será aumento de arrecadação às custas de empregos e investimentos privados sem contrapartida aos

contribuintes”, argumentou Izalci Lucas.

O relatório conta com 70 alterações com relação ao texto entregue pela Câmara dos Deputados. Ao Correio da Manhã, o membro da Comissão de Estudos da Reforma Tributária do Conselho Federal de Contabilidade Márcio Schuch destacou que, das mudanças apresentadas, “destacam-se as 16 propostas de alteração no sistema de Split payment”, que é um mecanismo de pagamento dividido. Nele, um valor pago por um comprador é automaticamente dividido entre o vendedor e as autoridades fiscais no momento da transação.

Outros destaques dizem respeito a algumas “dezenas de

propostas de alterações em regimes específicos com o objetivo de reduzir a carga tributária”.

“Por exemplo: a redução em 75% da base de cálculo do Imposto sobre Bens e Serviços e da Contribuição sobre Bens e Serviços para entregadores e motoristas de aplicativo”, pontuou.

Schuch também destacou mudanças em isenções específicas, como “a proposta de redução a zero das alíquotas do IBS e da CBS para alimentos medicinais que são destinados a pessoas com erros inatos do metabolismo”, além da isenção do IBS e da CBS para sindicatos, federações e confederações sindicais patronais.

“Também consta no relatório proposta com o objetivo de aumentar a eficiência do sistema tributário, como a previsão de que os fiscais antes de iniciarem um procedimento consultem o ambiente compartilhado das Administrações Tributárias para identificar se já houve procedimento fiscal por outro ente federativo antes do início de uma fiscalização, medida importante. Por exemplo, se a Receita Federal for fiscalizar uma empresa, deverá consultar antes se alguma governo do Estado ou Município já fez essa fiscalização”, completou.

Se as mudanças serão acatadas no relatório final de Eduardo Braga, Schuch avalia que “as propostas que propõem melhorias na eficiência do sistema e aumento da segurança sobre os efeitos” têm chances.